

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Carlos da Fonseca Brandão¹

RESUMO: O presente artigo relata os resultados de uma pesquisa sobre a qualidade da produção científica da área de Educação Física no Brasil. Nossa pesquisa analisa os artigos publicados na Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), nas últimas duas décadas, trazendo algumas observações sobre a produção dos conhecimentos científicos na área de Educação Física no Brasil através de uma revista especializada, relacionando a qualidade dessa produção científica com o recente crescimento e desenvolvimento institucional da Educação Física brasileira, enquanto área autônoma de conhecimento.

UNITERMOS: Metodologia de pesquisa; Educação Física.

Este artigo analisa trabalhos publicados pela Revista Brasileira de Ciências do Esportes (RBCE), periódico que representa o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). A escolha especificamente dessa revista como objeto de estudo deu-se por três motivos principais. O primeiro é que a RBCE é uma revista autônoma, especializada na área de Educação Física, que, apesar de, em diversos momentos, receber apoio financeiro de órgãos governamentais ou apoios de instituições públicas, não é vinculada a quaisquer instituições e não ser o próprio CBCE. O segundo motivo é que a RBCE não possui fins lucrativos ou comerciais, tendo seu interesse centrado na produção científica do conhecimento. O terceiro motivo é o fato da RBCE, enquanto revista autônoma, ser a mais antiga revista brasileira especializada em Educação Física em plena atividade e circulação no momento. É de se inferir desses fatos a relevância dessa revista para quem deseja saber o que a chamada "área de Educação Física" vem pensando nos últimos anos.

Durante as duas últimas décadas de publicação da RBCE foram criadas também outras revistas especializadas na área de Educação Física, sem fins lucrativos, como por exemplo: "Corpo e Movimento", editada pela Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo (APEF-SP), "Kinésis", editada pela Universidade Federal de Santa Maria (RS), "Motrivivência", editada pela Universidade Federal de Sergipe e a "Revista da Educação Física", editada pela Universidade Estadual de Maringá (PR). Surgiram também outras revistas, como a "Sprint" e a "Boa Forma", porém estas possuem fins lucrativos e comerciais, o que faz com que seus interesses científicos apareçam bastante secundarizados. Segundo Kunz, algumas das revistas citadas acima, ou reduziram sua periodicidade ou paralisaram suas atividades (Cf. Kunz, 1993:135).

Desde a fundação do CBCE, em setembro de 1978, até os dias atuais, podemos notar, através de alguns dados básicos, que a área de Educação Física ganhou um contorno mais definido como área de conhecimento. Em todo o Brasil, existem hoje, aproximadamente, 150 cursos superiores de Educação Física, sendo que destes, aproximadamente 50

localizam-se no Estado de São Paulo, que significa um terço do total desses cursos.

No final da década de 70, o Estado de São Paulo possuía apenas uma escola pública de ensino superior de Educação Física, a Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, localizada na cidade de São Paulo. Hoje o Estado de São Paulo possui, além desta, mais quatro cursos superiores de Educação Física em universidades públicas, a saber: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro, Bauru e Presidente Prudente), todos no interior do Estado de São Paulo.

No campus da UNESP de Presidente Prudente o curso de Educação Física é ministrado no período noturno e, na UNICAMP no período diurno e no noturno. No ano de 1993 a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) encampou o curso superior de Educação Física, de caráter privado, existente naquela cidade, tornando-se assim, o primeiro e único curso superior de Educação Física de caráter público, a nível federal, existente no Estado de São Paulo. Foi também criado pela Universidade de São Paulo, em 1992, o curso superior de bacharelado em Esporte.

Em 1988 a UNICAMP iniciava quatro cursos de pós-graduação lato-sensu, a chamada "especialização", na área de Educação Física. No ano seguinte, a UNESP - Rio Claro, também passou a oferecer esse mesmo tipo de curso. Em 1989, a Universidade Estadual de Maringá (PR) passou a oferecer, através do Departamento de Educação Física, seis cursos em nível de especialização. Atualmente esse tipo de curso também é oferecido por muitas instituições privadas.

Em nível de mestrado, em 1978, no Estado de São Paulo, esse curso só era ministrado na Universidade de São Paulo (USP), sendo que, durante as duas últimas décadas foram criados cursos desse nível na UNESP (Campus de Rio Claro) e na UNICAMP, de caráter público e gratuito, e na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), de caráter privado, o qual foi recentemente fechado pela CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) devido ao seu baixo nível técnico e acadêmico.

Esses fatos por si só não revelam muito se, para

¹ Professor Assistente do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Campus de Assis e doutorando do Curso de Pós-graduação em Educação da UNESP/Campus de Marília.

julgarmos o desenvolvimento da área de Educação Física, não atentarmos para a qualidade dos textos produzidos. É nesse sentido que fizemos a análise de todos os artigos publicados pela RBCE, dos quais escolhemos alguns para servirem de exemplo neste artigo. Acreditamos que com esses exemplos, o leitor, especialmente os professores e os estudantes de Educação Física, poderão, de certa maneira, avaliar o grau de desenvolvimento teórico da área de Educação Física.

Começamos pela questão da amostragem. Segundo Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, a amostra deve ser escolhida "de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada" (Cf. Lakatos & Marconi, 1991:223).

Ao analisarem o resultado do eletrocardiograma aplicado a um nadador, após tomada de tempo de um percurso de 100 metros, no estilo livre (crawl), dentro de uma pesquisa que tinha como objetivo detectar possíveis modificações do marcapasso cardíaco após prova de natação, os autores concluíram que "o nosso jovem nadador mostrou-se em boas condições de saúde e performance, não se tendo constatado nada que pudesse contra-indicar o seu treinamento de natação". Nessa pesquisa, a amostra é de apenas 01 (um) elemento, portanto, não significativa, já que com o resultado obtido, não se pode fazer nenhuma inferência legítima em relação ao restante de qualquer população, seja ela de nadadores ou não (Cf. Araújo & Tabak, 1981:16-9).

A importância do correto tratamento estatístico nas pesquisas da área de Educação Física é, a nosso ver, uma das questões mais relevantes, indicando, de certa maneira, o nível de seriedade e cientificidade da mesma. Em pesquisa sobre desenvolvimento da capacidade aeróbica em treinamento contínuo e intervalado, com uma amostra de quinze indivíduos divididos em dois grupos, o autor afirmou que houve melhora estatística "antes e após o treinamento" para os grupos, "porém não significante entre os dois grupos antes e após o treinamento" (Cf. Baldissera, 1982:106-9).

Como pode haver melhora estatística antes de um treinamento? Melhora em relação à que? A primeira medida deve servir de parâmetro para as seguintes. No caso dessa pesquisa, cujo o objetivo era medir o efeito de dois tipos de programas de treinamentos, não faz sentido ter havido melhora antes mesmo desses programas de treinamento serem aplicados. A melhora só pode ocorrer, ou não, depois de algum tipo de trabalho ter sido realizado.

O correto procedimento quando da realização de uma pesquisa constitui-se num de seus elementos de credibilidade, porém não é exatamente isso que ocorre na pesquisa de alguns profissionais de Educação Física. Em pesquisa realizada com o objetivo de comparar metodologias de medição do VO₂ máximo em esteira rolante e pista, de forma direta e indireta, a autora comete o erro de não coletar alguns dados e fazer a dedução dos mesmos.

As medidas de temperatura e umidade relativa do ar não foram feitas, quando da realização do teste de Cooper,

mas a autora afirma que "apesar de não terem sido registrados, apresentaram-se na faixa de 15 a 25°C e 40 a 60%, características da época de Brasília". Independente da autora conhecer as características climáticas da cidade em que a pesquisa foi realizada, consideramos que a dedução de dados constitui-se, se não em um erro, em um procedimento metodológico questionável. No caso desses testes de esteira rolante, a autora não diz se foram registrados os dados de temperatura e umidade relativa do ar, mas afirma que "variavam na faixa de 16 a 25°C e 40 e 76%, respectivamente" (Cf. Fontana, 1983:78-90).

Questionamos se, para medir o consumo máximo de oxigênio (VO₂ max), utilizando o teste de Cooper, uma variação de 10°C na temperatura ambiente, e 20% na umidade relativa do ar, não faz diferença? Para se medir o mesmo VO₂ max, utilizando esteira rolante, uma variação de 9°C na temperatura do ambiente e 36% na umidade relativa do ar, também não faz diferença?

Para Pollock & Wilmore (1993:617) a combinação entre "altas temperaturas e elevada umidade relativa é responsável por uma série de mortes relacionadas ao exercício" e que a umidade do ambiente é um dos fatores para que o indivíduo consiga um bom desempenho físico num clima quente. Afirmam ainda que quanto "mais elevada a temperatura, maior o estresse térmico a que o indivíduo se encontra submetido" e que "a medida que a umidade vai aumentando, a tolerância ao calor vai se reduzindo consideravelmente".

Se a autora argumentar que a variação dos valores da temperatura ambiente e da umidade relativa do ar não implica em diferenças significativas nos resultados encontrados, podemos deduzir que a medição dessas variáveis não era importante, porém estaremos contrariando as referências utilizadas acima, as quais mostram que a temperatura ambiente e a umidade relativa do ar são variáveis importantes numa pesquisa de avaliação de esforço físico.

Se, por sua vez, a autora argumentar que a medição dessas variáveis era importante para o desenvolvimento da pesquisa, em consonância com os autores acima citados, entendemos que tais medições deveriam ter sido feitas de maneira correta, com, no mínimo, mais precisão.

Analisemos agora um exemplo que refere-se à questão das referências bibliográficas e das citações. Em artigo sobre as diferenças entre meninos e meninas quanto aos estereótipos adotados na escola, a autora afirma que dentro de "uma organização social encontra-se o masculino e o feminino. Para LA ROSA (1977) 'a humanidade apresenta-se sexualmente diversificada: homens e mulheres constituem o universo humano'" (Cf. Romero, 1992:24-8, aspas no original). É necessário buscar referência em outro autor para comprovar que a população é dividida sexualmente entre homens e mulheres?

Afirmações sem as devidas comprovações constituem um claro indicativo das deficiências intelectuais de seus autores. Nesse item, infelizmente, a área de Educação Física é extremamente fértil em exemplos, dos quais separamos apenas alguns. Em curso de medicina de exercício, na parte referente aos aspectos toco-ginecológicos do exercício, outro

autor, quando discorre sobre a relação exercício e gravidez diz: "se o exercício é iniciado durante a vida intra-uterina ..." (Cf. Araújo, 1981:5-15). Como o autor não fornece maiores explicações sobre o que seria a realização de exercícios "durante a vida intra-uterina", acreditamos que o autor quis referir-se à realização de exercícios por mulheres grávidas e não pelos seus fetos.

Em depoimento sobre o ideário beribazu de capoeira, outro autor cita os tipos de preparação para a prática de capoeira: "física, técnica, tática, ideomotora, invisível e a preparação psicológica". Esse autor, porém, não esclarece o que seria uma preparação "invisível" (Cf. Mestre Zulu, 1989:64).

Ao falar sobre concepções de ciência e metodologias aplicadas às ciências do esporte, outra autora incorre no mesmo erro de outros autores, descritos neste capítulo, quando, ao utilizar a expressão "órgãos fantasmas" do corpo humano, não explica quais seriam esses órgãos ou o que ela quer dizer com isto (Cf. Teves, 1990:193-5).

Em artigo sobre propostas de lazer para os trabalhadores, outra autora afirma que "o trabalhador não é tão atraído pelos gostos e preferências da classe dominante quanto se supõe". Como a autora pode afirmar que o trabalhador não é atraído pelos "gostos e preferências" da classe dominante? Ele não é atraído ou ele não pode usufruir desses mesmos "gostos e preferências", em função da sua situação social? Essas respostas a autora não nos fornece em seu artigo (Cf. Bruhns, 1990:210-4).

Em artigo sobre aspectos da dança, do brinquedo e do esporte, outro autor, quando refere-se a aspectos da sexualidade infantil, afirma que as crianças "talvez não sejam mais tarde os doentes sexuais que a maioria somos (sic)", porém esse autor não expõe nenhum argumento que justifique a classificação da maioria dos adultos em "doentes sexuais" (Cf. Freire, 1992:299-307).

Nosso próximo passo é analisar algumas pesquisas que possuem conclusões, no mínimo, discutíveis, tanto do ponto de vista metodológico quanto do conteúdo em si. Um grupo de pesquisadores testou 76 jovens voluntários do sexo masculino, com o objetivo de estimar a potência anaeróbica alática. Esses jovens foram divididos em três grupos: jovens sedentários, estudantes de Educação Física e corredores de velocidade. O teste consistia numa corrida de dois metros após a qual o indivíduo subia uma escada de dez degraus com máxima velocidade. Cada elemento realizou cinco tentativas, com intervalo de três minutos entre cada uma delas. Os pesquisadores concluíram que os corredores de velocidade tiveram melhor desempenho que os estudantes de Educação Física, que por sua vez, tiveram melhor desempenho que os jovens sedentários (Cf. Ribeiro et al., 1980:11-5). Essa pode ser considerada como uma conclusão bastante esperada, quase óbvia, pois estranho seria se os pesquisadores encontrassem resultados indicando melhor desempenho para o grupo composto pelos elementos sedentários, do que para o grupo composto por corredores de velocidade.

Outra equipe de pesquisadores analisou todos os recordes obtidos na prova de 1500 metros nado livre e fizeram

a sua correlação com os anos em que esses recordes foram obtidos, com o objetivo de obter a melhor estratégia a ser utilizada pelo nadador nesta prova. Ao utilizarem uma determinada técnica estatística, os autores concluem "que a tendência da relação é para que a cada ano os resultados melhorem, isto é, os tempos diminuam" (Cf. Araújo, Perez & Matsudo, 1980:35-44). A afirmação não está errada, porém os tempos de provas de natação, assim como das provas de atletismo, por exemplo, obviamente, irão sempre diminuir. Essa diminuição não depende e nem precisa da análise estatística para ser notada porque o objetivo da competição esportiva, em modalidades em que o tempo é a variável mais importante, é o alcance do menor tempo possível, portanto, não é uma questão de tendência mas de finalidade do próprio esporte, tornando óbvia a conclusão desses autores.

Ao aplicarem uma bateria de testes a um par de gêmeas monozigóticas, que praticavam basquetebol, dois outros autores chegaram a conclusão que havia uma "intensa semelhança dos resultados de peso, altura e dobras cutâneas das gêmeas", ficando fascinados ao descobrirem que gêmeas monozigóticas possuem características físicas semelhantes (Cf. Matsudo & Duarte, 1981:30-1).

Outro autor comparou provas e modalidades diferentes da natação com o objetivo de mostrar estatisticamente que existem provas mais difíceis, e que portanto os seus recordes levam mais tempo a serem superados. Esse autor chegou a conclusão de que a prova dos 200 metros nado livre (crawl) é mais fácil, tanto para os homens como para as mulheres, do que a prova dos 100 metros no mesmo estilo de nado (Cf. Araújo, 1981:21-3). Esse resultado é bastante curioso, pois seria de se esperar que uma distância maior fosse mais difícil de ser superada do que a sua metade, tornando questionável a conclusão dessa pesquisa.

Em artigo sobre a relação da velocidade da corrida de abordagem do salto em distância com o resultado do próprio salto, outros dois autores concluíram que "a velocidade média nos últimos dez metros da corrida de abordagem parece ter sido um fator de grande importância na determinação do desempenho no salto em distância" (Cf. Moura & Mendes, 1983:74-7). Novamente temos uma pesquisa com uma conclusão óbvia, pois, se o objetivo do salto em distância é alcançar a maior distância possível com um salto de projeção horizontal do corpo após uma corrida para se obter impulsão para o deslocamento desse corpo, serão nos últimos metros que o indivíduo irá aumentar a velocidade da corrida. A corrida de abordagem serve justamente para que o indivíduo ganhe a maior impulsão possível no momento do salto.

O indivíduo irá tomar uma certa distância em relação ao ponto em que fará a impulsão para o salto. No entanto, ele não poderá correr toda essa distância em alta velocidade, pois se assim fizer, irá chegar cansado no momento do salto, perdendo força para impulsionar o corpo à frente. Como o indivíduo sai da posição estática, ele aumentará gradativamente a velocidade da sua corrida para não ocorrer o acima exposto. Por outro lado, o indivíduo não poderá diminuir sua velocidade quando se aproximar do momento do salto, pois agindo assim, não estará utilizando a força de inércia

a seu favor no momento da realização do salto. Sendo assim, se for realizado um estudo para verificar a velocidade média nos últimos cinco metros da corrida de abordagem em relação a velocidade média dos últimos dez metros, obviamente chegaremos a conclusão que a primeira é maior que a segunda, pelos mesmos motivos por nós apresentados.

Outros dois autores, ao pesquisarem as forças de reação do solo na perna de sustentação de jogadores de futebol habilidosos e não habilidosos, durante chutes numa bola de futebol, concluem que "os jogadores habilidosos dependem da produção de maiores forças para chutarem uma bola mais forte enquanto não é claro para os investigadores que variável é dominante para os jogadores não habilidosos" (Cf. Anjos & Adrian, 1986:129-33). Para chutar uma bola, ou mesmo para arremessá-la com mais força, é necessária a "produção de maiores forças" independente da pessoa ser habilidosa ou não. Para se fazer algo com mais força é preciso a produção de mais força.

Como conclusão temos algumas observações a fazer. Se transformarmos a análise do conjunto dos artigos em termos proporcionais, chegaremos a conclusão de que a cada dois artigos publicados pela Revista Brasileira de Ciências do Esporte, um possui algum tipo de problema. O significado desse dado aumenta na medida em que temos artigos citados em mais de um tópico, apresentando questões de naturezas diferentes, sempre em relação à classificação proposta.

Se compartilharmos da idéia de que a RBCE é um periódico representativo da área de Educação Física, em função de sua longa existência, de sua autonomia institucional, de seus objetivos científicos, do apoio financeiro recebido de agências públicas de fomento à pesquisas científicas e de programas públicos de incentivo às publicações científicas, do apoio estrutural e operacional recebido de algumas universidades públicas, entre outros fatores, teremos de admitir que a área de Educação Física passa por uma situação prolongadamente complicada, indicando que a melhoria da qualidade da sua produção científica não caminhou no mesmo sentido que o desenvolvimento institucional sofrido pela área nas últimas décadas.

Durante toda a existência da revista, e portanto dentro de todas as gestões administrativas das diversas diretorias que o CBCE já possuiu, foram publicados artigos com problemas passíveis de serem enquadrados na nossa classificação. Essa constatação elimina a validade das argumentações que procuram relacionar a posição ideológica das pessoas que comandaram a revista, e o próprio CBCE, com a qualidade dos artigos nela publicados.

Ao visualizarmos a análise dos artigos publicados na RBCE como um todo, veremos que a alternância na direção do CBCE, e conseqüentemente na direção da revista, não proporcionou, em nenhum momento, melhora significativa na qualidade científica dos trabalhos que foram publicados. O que ocorreu foi a modificação do perfil da revista, no que se refere aos tipos de abordagens das pesquisas e trabalhos que passaram a ser aceitos para publicação, porém, sem que houvesse a preocupação com a melhora significativa daquilo que estava sendo publicado (Cf. Brandão, 1994).

Diante desse quadro - e ele fala por si mesmo - somos obrigados a fazer algumas indagações. Como aceitar que um periódico, que se pretende científico, mas que em um de cada dois artigos publicados mantêm graves problemas de conteúdos, de método, de ortografia, de semântica, etc., receba recursos públicos, sem que seja avaliado? Foram necessários quase duas décadas para que se dissesse, explicitamente, que a qualidade da produção científica publicada e divulgada por esse periódico é risível?

A avaliação a que nos referimos é em relação a outras áreas do conhecimento humano, afinal, quais as áreas, tanto nas ciências biológicas, quanto nas ciências exatas ou humanas, que possuem periódicos subvencionados por recursos públicos, que possuem mais da metade de todos os seus artigos com os problemas apontados aqui? Aliás, como entender que alguns dos autores que publicaram nessa revista, e que também publicaram por editoras conceituadas, e que se constituíram, em alguns casos, em referências teóricas da área, escrevam absurdos como os encontrados e explicitados aqui?

Existem outras questões, que não são de responsabilidade direta da revista, mas que, mesmo assim, sob nossa ótica, também devem ser levantadas. Por exemplo, quantas dessas pesquisas, publicadas em forma de artigos, que possuem erros crassos e procedimentos inaceitáveis, foram financiadas com algum tipo de recurso público, sejam eles em forma de bolsas de estudo, incentivos, viagens, auxílios, etc?

As respostas para essas indagações convergem, sob nosso ponto de vista, para um único ponto: a constatação eminente de que a área de Educação Física, apesar da sua grandeza numérica institucional, ainda se constitui num campo de conhecimentos extremamente frágil, no que diz respeito, principalmente, aos seus pressupostos teóricos e científicos, mas também em relação à sua pretensa seriedade metodológica e intelectual (Cf. Gaya, 1994).

Na realidade a culpa pela baixa qualidade científica produzida pela área de Educação Física, não cabe exclusivamente à revista ora analisada, muito pelo contrário, ela também publicou artigos de boa qualidade e proporcionou oportunidade de publicação a autores desconhecidos, que em muitos casos, não teriam a possibilidade material de qualquer tipo de publicação editorial.

A RBCE apenas reflete a situação da área que, em parte, ela representa, ou seja, por mais que desejasse, não seria possível esconder a inconsistência teórica e científica que ainda se faz presente na área de Educação Física. Isso se torna mais claro e preocupante quando constatamos que muitos dos autores que publicaram artigos com absurdos são professores, mestres e até doutores dos cursos de graduação, e mesmo pós-graduação, em Educação Física, nas mais conceituadas universidades brasileiras.

Podemos dizer que a melhoria da qualidade da produção científica na área de Educação Física, a exemplo de outras disciplinas que alcançaram o status de "ciência", exige uma série de procedimentos, como por exemplo, o "desmascaramento" teórico da área através da avaliação da sua produção científica, em relação às outras áreas do conhecimento.

Referências bibliográficas

- ANJOS, L. A. & ADRIAN, M. J. Forças de reação do solo na perna de sustentação de jogadores habilidosos e não habilidosos durante chutes numa bola de futebol. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 8(1), set/86.
- ARAÚJO, C. G. S. Curso de medicina do exercício: aspectos toco-ginecológicos do exercício. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 3(1), set/81.
- _____. Estratagem para comparação de performances de nadadores de diferentes especialidades. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 3(1), set/81.
- ARAÚJO, C. G. S., PEREZ, A. J. & MATSUDO, V. K. R. Técnica para a análise da estratégia dos 1500m nado livre. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 1(3), maio/80.
- ARAÚJO, C. G. S. & TABAK, D. G. Modificação do marcapasso cardíaco após prova de natação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2(2), jan/81.
- BALDISSERA, V. Desenvolvimento da capacidade aeróbica em treinamento contínuo e intervalado. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 3(3), maio/82.
- BRANDÃO, C. F. *Batendo bola, batendo cabeça*: os problemas da pesquisa em Educação Física no Brasil. Ibitinga, Humanidades, 1994.
- BRUHNS, H. T. A proposta "carente" de lazer X espaço de lazer dos "carentes". *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 11(3), dez/90.
- FONTANA, K. E.; Comparação do VO₂ max através de metodologia de avaliação direta e indireta em esteira rolante e pista. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 4(3), maio/83.
- FREIRE, J. B. Da dança, do brinquedo e do esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 13(2), jan/92.
- GAYA, Adroaldo Cezar Araújo. *As ciências do esporte nos países de língua portuguesa: uma abordagem epistemológica*. Porto, Universidade do Porto, 1994.
- KUNZ, E. Editoração em Educação Física/ciências do esporte no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 14(3), maio/93.
- LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed., São Paulo, Atlas, 1991.
- MATSUDO, V. K. R. & DUARTE, C. R. Aptidão física geral de gêmeas basquetebolistas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 2(2), jan/81.
- MESTRE ZULU. Depoimento sobre o ideário beribazu de capoeira. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 11(1), set/89.
- MOURA, N. A. & MENDES, O. C. Relação entre velocidade de corrida de abordagem e desempenho no salto em distância. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 4(3), maio/83.
- POLLOCK, M. L. & WILMORE, J. H. *Exercícios na saúde e na doença*. 2. ed., Medsi, Rio de Janeiro, 1993.
- RIBEIRO, J. P., LUZARDO, A. A., PETERSEN, R. D. & DE ROSE, E. H. Potência anaeróbica alática em indivíduos treinados e não treinados. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 1(3), maio/80.
- ROMERO, E. Diferenças entre meninos e meninas quanto aos esterótipos: uma contribuição para uma política de desmitificação. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 14(1), set/92.
- TEVES, N. Concepções de ciências e metodologias aplicadas às ciências do esporte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 11(3), dez/90.

ABSTRACT: This paper show the results of research about the quality of scientific research of Brazilian physical education. This research is about the papers published in *Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)*, in the last two decades, bringing some thought about the production of scientific knowledge in the area of Physical Education, in Brazil, through a specific magazine, connecting the quality with the institutional increase and development of Brazilian physical education, while autonomous area of knowledge.

UNITERMS: Methodologic of research; Brazilian physical education.

Endereço do Autor: Rua Antonio Negrizolo, nº 365 - Santa Cecília - Assis - S.P. - CEP 19.800-000

Tels: (018) 322 21 11 e (018) 975 10 81 - E-mail: cbrandao@assis.unesp.br